

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.619 - PR (2019/0273016-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : GERALDO DUNAISKI
ADVOGADOS : WESLEY ASSIS OLIVEIRA DE OLIVEIRA - PR070417
ZEDEQUIAS ROCHA DA SILVA E OUTRO(S) - PR076039
AGRAVADO : LIDIA DUNAISKI SCHELETZ
AGRAVADO : TEREZINHA DUNAISKI PAULIN
AGRAVADO : NELSON DUNAISKI
ADVOGADO : CHEYWA GABRIELLA DE JUODIS STREMEL SOZZI E OUTRO(S) - PR043536
INTERES. : ANA DUNAISKI
ADVOGADO : MARTINHO CARLOS DE SOUZA E OUTRO(S) - PR037020
INTERES. : AFFONSO KLEINA - ESPÓLIO
AGRAVADO : MARIA KLEINA - INVENTARIANTE
ADVOGADO : MARA VICELLE RUVIARO CHRIST E OUTRO(S) - PR083128

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. COMPRA E VENDA. ASCENDENTE PARA DESCENDENTE POR INTERPOSTA PESSOA. SIMULAÇÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. ATO JURÍDICO FIRMADO SOB A ÉGIDE DO CC/1916. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO A *QUO*. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por GERALDO DUNAISKI contra a decisão de fls. 1.154-1.158 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (fls. 954-955, e-STJ):

Superior Tribunal de Justiça

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO.

COMPRA E VENDA. ASCENDENTE PARA DESCENDENTE POR INTERPOSTA PESSOA. SIMULAÇÃO. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.

RECURSO DE APELAÇÃO Nº 1: AÇÃO ANULATÓRIA. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA. NATUREZA PESSOAL. DESNECESSIDADE DE CITAÇÃO DO CÔNJUGE DO RÉU. RECURSO DESPROVIDO.

RECURSO DE APELAÇÃO Nº 2 E 3 DOS RÉUS. NEGÓCIO JURÍDICO CELEBRADO DURANTE A VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO ART. 178, § 9º, INCISO V, ALÍNEA "B". PRAZO QUADRIENAL QUE SE INICIA A PARTIR DA DATA DE ABERTURA DA SUCESSÃO DO ALIENANTE. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL ENTRE ASCENDENTE E DESCENDENTE POR INTERPOSTA PESSOA. AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA EXPRESSA DOS DEMAIS DESCENDENTES. ART. 1.132 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. SIMULAÇÃO COMPROVADA. NULIDADE DOS ATOS TRANSMISSIVOS. RECURSOS DE APELAÇÃO DESPROVIDOS.

1. A ação em que se objetiva o reconhecimento de nulidade de escritura pública de promessa de compra e venda tem natureza pessoal. Desnecessária, assim, a citação dos cônjuges dos réus (REsp 600.826/RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 6/6/2006, DJ de 14/8/2006, p. 283).

2. Em se tratando de pretensão anulatória de escrituras de compra e venda realizada entre ascendente e descendente por interposta pessoa e sem o consentimento dos demais descendentes, aplica-se o prazo prescricional quadrienal previsto no artigo 178, § 9º, inciso V, alínea "b", do Código Civil de 1916, vigente à época dos fatos, que se inicia somente a partir da data de abertura da sucessão do alienante. Entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça (REsp 999.921/PR, Relator Min. Luis Felipe Salomão, j. em 14/06/2011).

3. Caso em que a tentativa de encobrir a compra e venda de imóvel realizada diretamente entre ascendente e descendente é nítida nos autos, a partir do exame do conjunto probatório carreado ao feito. Está-se diante, assim, de negócio jurídico anulável por simulação, a teor 147, II do Código Civil de 1916.

Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 1.032-1.041, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 1.110-1.121, e-STJ), o recorrente alegou que o acórdão impugnado incorreu em violação dos normativos a seguir:

a) arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil;

Superior Tribunal de Justiça

b) art. 75, 81, 82, 85, 129, 131, 134, 136, 161 e 178, *caput*, § 9^a, do Código Civil de 1916.

Sustentou, em suma: (i) negativa de prestação jurisdicional ante a omissão do Colegiado estadual em analisar questões relevantes para o deslinde da controvérsia, bem como ausência de fundamentação na decisão recorrida; (ii) prescrição da pretensão da parte adversa de anulação da suposta simulação ocorrida em relação ao imóvel objeto da presente lide, tendo em vista o transcurso do lapso prescricional quadrienal aplicável à espécie, uma vez que o negócio jurídico ocorreu em 23/6/1980, e a presente ação foi ajuizada em 31/8/2016; (iii) a contagem do prazo prescricional tem início com a celebração do negócio jurídico que se pretende anular; e (iii) não estar configurada a alegada simulação, pois o negócio jurídico efetuado entre o Sr. Affonso Kleina e o genitor (falecido) do recorrente tratou-se de um ato jurídico legal, oneroso e público, formalizado por meio de escritura pública, com o cumprimento de todos os requisitos legais exigidos para sua realização, tais como agente capaz e objeto lícito.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso especial com base nos seguintes fundamentos: a) não configurada a alegada violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois as questões trazidas pelo recorrente foram analisadas e a decisão encontra-se fundamentada; b) aplicação da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais; e c) não houve demonstração das vulnerações legais suscitadas.

Irresignado (fls. 1.171-1.180, e-STJ), aduz o agravante que o presente reclamo merece trânsito, refutando os retrocitados óbices de admissibilidade.

Contraminuta às fls. 1.193-1.198 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no

CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Dito isso, cabe esclarecer que os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Outrossim, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

No caso, cumpre asseverar que o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo apenas de forma contrária à pretensão da parte recorrente. Não há, portanto, omissão e erro material ensejadores de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO REQUERENTE.

1. O Tribunal de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. Esta Corte Superior firmou posicionamento no sentido de que a baixa de demora de gravame de veículo adquirido por alienação fiduciária não configura dano moral *in re ipsa*. Incidência da Súmula 83/STJ.

2.1. No caso em tela, a revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a inexistência de circunstâncias outras a comprovar o dano sofrido. Incidência da Súmula 7/STJ.

2.2. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame do dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno desprovido (AgInt no REsp 1666231/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/2019, DJe 06/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. OMISSÃO INEXISTENTE. DOCUMENTO. PRAZO. ARQUIVAMENTO. RENÚNCIA. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA INADMISSÍVEL. AUSÊNCIA DE PROVA. EQUIPAMENTO. ENTREGA E INSTALAÇÃO. MATÉRIA PROBATÓRIA. REEXAME. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Na hipótese, não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.
3. A lei não admite a renúncia antecipada aos efeitos da prescrição, mas somente depois de exaurido o prazo correspondente. Precedente.
4. O tribunal local, após a análise das provas, concluiu pela existência da dívida. Rever tal posicionamento atrai o óbice da Súmula nº 7/STJ.
5. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1365839/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 29/05/2019).

Nos termos da jurisprudência desta Corte, na vigência do Código Civil de 1916, o prazo decadencial para anular a venda de bem imóvel de ascendente para descendente, por interposta pessoa, é de 4 (quatro) anos, contado a partir da abertura da sucessão do alienante.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE POR PESSOA INTERPOSTA. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO A *QUO*. SÚMULA N. 83 DO STJ.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios. 2. Não ocorre preclusão de matéria de ordem pública, a exemplo da prescrição.

3. A pretensão de venda de ascendente a descendente por interposta pessoa prescreve no prazo de 4 anos contados da abertura da sucessão do alienante.

4. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão

recorrida" (Súmula n. 83 do STJ).

5. Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp n. 388.965/SC, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, DJe de 16/6/2016 - sem grifo no original)

DIREITO CIVIL. VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE POR INTERPOSTA PESSOA. CASO DE SIMULAÇÃO. PRAZO QUADRIENAL (ART. 178, § 9º, V, "B", CC/16). TERMO INICIAL. ABERTURA DA SUCESSÃO DO ÚLTIMO ASCENDENTE.

1. Na vigência do Código Civil/16, a venda de ascendente a descendente, por interposta pessoa e sem consentimento dos demais descendentes, distancia-se da situação descrita pela Súmula 494/STF. Trata-se de situação que configura simulação, com prazo prescricional quadrienal (178, § 9º, inciso V, letra "b", do CC/16), mas o termo inicial é a data da abertura da sucessão do alienante.

2. Entender de forma diversa significaria exigir que descendentes litigassem contra ascendentes, ainda em vida, causando um desajuste nas relações intrafamiliares. Ademais, exigir-se-ia que os descendentes fiscalizassem - além dos negócios jurídicos do seu ascendente - as transações realizadas por estranhos, ou seja, pelo terceiro interposto, o que não se mostra razoável nem consentâneo com o ordenamento jurídico que protege a intimidade e a vida privada. Precedentes do STF.

3. Não se mostra possível ainda o reconhecimento da decadência para anulação somente parcial do negócio, computando-se o prazo a partir do óbito do primeiro ascendente, relativamente a sua meação. Em tal solução, remanesceria a exigência de os demais descendentes litigarem contra seu pai ainda em vida, desconforto que, como antes assinalado, justifica o cômputo do prazo a partir da abertura da sucessão do último ascendente.

4. Recurso especial não provido (REsp n. 999.921/PR, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 1/8/2011 - sem grifo no original)

Na hipótese ora em análise, o Tribunal de origem, em harmonia com a jurisprudência do STJ, concluiu não se encontrar prescrita a pretensão dos recorridos, haja vista que o falecimento do alienante ocorreu em 20/2/2015, e a presente demanda foi ajuizada em 31/8/2016.

Dessa forma inarredável a aplicação da Súmula 83/STJ a obstar a análise do reclamo por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

No tocante à ocorrência da simulação na celebração do contrato de compra

e venda, o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, manifestou-se nos seguintes termos (fls. 963-967, sem grifos no original):

15. No caso, os autores discutem a validade da escritura pública de compra e venda celebrada no dia 23.06.1980, realizada entre seus genitores, Leonardo Dunaiski e Ludovica Bregenski Dunaiski, e Affonso Kleina e sua mulher Marta Matucheski Kleina, tendo por objeto parte ideal, correspondente à 53.000,00m², da área rural de 130.000,00m², objeto da matrícula nº 13.702 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colombo/PR, pelo valor de CR\$250.000,00, conforme R-1 da mencionada matrícula. **Isto porque tal negócio teria por desiderato burlar a sistemática legal que proíbe a venda de bens entre ascendente e descendente, sem o consentimento dos outros descendentes** (art. 1.132, CC/1916), visto que, após 3 dias da celebração do referido pacto, o Sr. Affonso e sua esposa alienaram o referido bem imóvel ao réu Geraldo Dunaiski, irmão dos autores e herdeiro do Sr. Leonardo e da Sra. Ludovica, pelo mesmo preço que compraram, ou seja, CR\$250.000,00, tudo conforme descrito do R-2 da matrícula nº 13.702.

É sabido que o Código Civil Brasileiro não permite a venda de imóveis dos ascendentes aos descendentes sem o consentimento dos demais herdeiros.

(...)

Aqui, mais uma vez é preciso ressaltar que **o negócio jurídico em discussão foi celebrado durante a vigência do Código Civil de 1916, o qual dispunha em seu artigo 147 que é anulável o ato jurídico: “II - Por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude (art. 86 a 113)”**.

(...)

A simulação consiste na declaração enganosa da verdade, visando a produzir efeito diverso do ostensivamente indicado. Desta forma, ocorre simulação quando, por manifestação enganosa de vontade, as partes em conluio celebram negócio jurídico aparentemente normal, mas têm por escopo resultado diverso do esperado, com o fito de enganar terceiros estranhos à contratação ou de fraudar a lei.

(...)

No caso posto em exame, **após análise das provas produzidas nos autos, não vejo razões para a modificação da sentença.**

Depreende-se da matrícula do imóvel (mov. 1.14) - nº 13.702 do Cartório de Registro de Imóveis de Colombo -, que o bem, com área total de 130.000,00m², era de propriedade de Leonardo Dunaiski e Ludovica Bregenski Dunaiski. Posteriormente, consta como “R.1” do referido documento, que o Sr. Leonardo e a Sra. Ludovica, em 23.06.1980, por meio de escritura pública de compra e venda, alienaram parte ideal da área (53.000,00m²) ao Sr. Affonso Kleina, pelo valor de Cr\$250.000,00. Na sequência, restou registrado (“R.2”) que o Sr. Affonso Kleina e sua esposa, também por intermédio de escritura pública de compra e venda lavrada em 26.06.1980, haviam vendido parte ideal de 53.000,00m² ao Sr. Geraldo Dunaiski pelo

Superior Tribunal de Justiça

idêntico valor de Cr\$250.000,00.

Da simples análise da sequência de negócios registrados na matrícula do imóvel, é possível depreender que, de fato, o Sr. Affonso Kleina serviu de intermediário, a fim de mascarar a real intenção das partes envolvidas, ou seja, a realização de contrato de compra e venda entre o Sr. Leonardo (ascendente) e o Sr. Geraldo (descendente), sem o consentimento dos demais herdeiros.

Acerca das negociações registradas na matrícula do imóvel - “R.1” e “R.2” -, é preciso destacar que as mesmas se deram em um intervalo de apenas 03 dias. Além disso, o valor estipulado pelo bem em ambos os negócios jurídicos é o mesmo, qual seja, Cr\$250.000,00.

Nesse contexto, **é nítido que, com o objetivo de burlar a regra inserta no artigo 1.132 do Código Civil de 1916, o Sr. Leonardo e seu filho Geraldo, valendo-se dos préstimos do Sr. Affonso Kleina, simularam a venda do imóvel para este, a fim de que, logo em seguida, o Sr. Affonso transferisse o bem para o Sr. Geraldo, evitando-se, assim, a necessidade de manifestação de consentimento dos demais herdeiros potenciais. Portanto, caracterizada a venda de ascendente para descendente por interposta pessoa.**

(...)

Ora, é nítido que ninguém compra um imóvel e o revende no prazo de 3 dias, ainda mais pelo mesmo valor da aquisição. **Nesses casos, em que há 2 negociações do imóvel em curto período de tempo, ainda mais envolvendo pessoas que não poderiam celebrar negócios entre si, caracterizada está a simulação.**

Além de todas as circunstâncias já comprovadas da simples análise da matrícula do imóvel, o próprio réu, Sr. Geraldo, em sede de audiência de instrução e julgamento, declarou que tinha ciência que imóvel não poderia ter sido transferido diretamente para o seu nome.

(...)

Entretanto, no que se refere ao argumento do réu, no sentido de que o imóvel teria sido adquirido pelo Sr. Affonso Kleina 6 meses antes da negociação perpetrada entre os mesmos, inexistente nos autos qualquer prova de tal fato.

Desse modo, para suplantar a conclusão do TJPR, seria indispensável o revolvimento dos fatos e das provas juntados aos autos, o que é vedado nesta instância extraordinária, em decorrência do óbice da Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

